A DISPUTA NA SOCIEDADE CIVIL SOBRE AS DETERMINAÇÕES DA CRISE AMBIENTAL

Rachel Zacarias*

Vicente Paulo dos Santos Pinto**

RESUMO

Este artigo propõe discutir as diferentes concepções da crise ambiental que estão em disputa na sociedade civil, visando a demonstrar que as diversas interpretações sobre essa crise não são apenas divergências superficiais, mas representam um compromisso com a transformação ou conservação da ordem econômico-social vigente. O estudo foi realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica e tem como referenciais teórico-metodológicos os pressupostos centrais do método de investigação da teoria social marxiana.

PALAVRAS-CHAVE: SOCIEDADE CIVIL. CRISE AMBIENTAL. CAPITALISMO.

* Pedagoga, especialista em Gestão Ambiental, Mestre em Educação, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão das Faculdades Integradas Vianna Júnior.

** Geógrafo, Mestre e Doutor em Geografia pela UFRJ, prof. do Departamento de Geociências e dos Programas de Pós-graduação em Educação e Ecologia da UFJF.

INTRODUÇÃO

Neste artigo se objetiva realizar uma reflexão sobre as diferentes concepções da crise ambiental que estão em disputa na sociedade civil. Nele, procura-se demonstrar que as diferentes interpretações sobre a crise ambiental não são apenas divergências superficiais, mas representam um compromisso com a transformação ou conservação da ordem econômico-social vigente.

Refletir sobre essa disputa é fundamental. Em primeiro lugar, porque a questão ambiental, ao final do século XX e início do século XXI, torna-se uma questão vital para toda a humanidade. Em segundo, porque é preciso deixar claro que muitas propostas hegemônicas defendidas por organismos, instituições e movimentos escondem atrás de uma cortina de fumaça chamada “desenvolvimento sustentável” o compromisso com a conservação da ordem econômico-social vigente e não com sua transformação.

Este estudo foi realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica e tem como referenciais teórico-metodológicos os pressupostos centrais do método de investigação da teoria social marxiana. Nessa perspectiva, a apreensão da realidade social é baseada no princípio da totalidade, isto é, os fenômenos são compreendidos a partir de uma realidade complexa e articulada, formada por mediações, contradições e processos. Uma totalidade que é vista “não como um todo no qual as partes não sejam explicitadas e bem definidas, mas uma totalidade constituída a partir da autonomia relativa de seus múltiplos momentos parciais” (COUTINHO, 2008, p. 92). Nesse processo de múltiplas determinações destaca-se o momento econômico, uma determinação entendida não como um mero reflexo das condições materiais de existência, mas sim como um elemento que vai condicionar todos os outros processos.

1 A concepção ampliada de Estado: a visão dialética de Gramsci

Para compreender as divergências entre as diversas concepções sobre a crise ambiental presentes na sociedade civil, este artigo parte da visão gramsciana

de Estado ampliado. Essa visão, que tem como base a visão de estado “restrita” de Marx e Engels, é ampliada a partir de novas determinações, conservando os princípios fundamentais da teoria marxista. Isso significa que na visão ampliada de Gramsci a produção e reprodução da vida material continuam ser o fator ontologicamente primário na explicação da história, ou seja, a centralidade da base material é o fator ontológico primário da sociabilidade.

Essa ampliação dialética construída por Gramsci permite compreender o Estado a partir de duas esferas: a sociedade política e a sociedade civil. Segundo Coutinho (2008, p. 53) a sociedade política designa, assim como Marx,

o conjunto de aparelhos através dos quais as classes dominantes detêm ou exercem o monopólio legal ou de fato da violência; trata-se, portanto, dos aparelhos coercitivos do Estado, encarnados nos grupos burocráticos-executivos ligados às forças armadas e à imposição de leis.

Já a sociedade civil, ao contrário de Marx, designa um momento da superestrutura e não da infra-estruturadora. Nessa perspectiva a sociedade civil se relaciona

ao conjunto das instituições responsáveis pela representação dos diferentes interesses de diferentes grupos sociais, bem como pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos e de ideologias, ela compreende assim o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, as organizações profissionais, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico etc.(COUTINHO, 2008, p. 53).

Coutinho (2008) ressalta que a originalidade de Gramsci em sua ampliação do conceito marxista de Estado está na sua definição de “sociedade civil”. Ele entende a sociedade civil como o espaço onde se exprime a organização e a representação institucional dos interesses de diferentes grupos sociais, da elaboração e/ou transmissão dos valores, da cultura e da ideologia que tornam ou não conscientes os conflitos e as contradições sociais. Destaca ser a sociedade civil um momento do Estado ampliado, por se tratar de uma esfera que, sem ser governamental, tem incidências diretas sobre o Estado, na medida em que nela se

forjam claras relações de poder, ainda que se trate de um espaço dotado de autonomia relativa em face da sociedade política.

É importante ressaltar que não se apresenta em Gramsci uma posição dualista, que contraponha de modo maniqueísta a sociedade civil (positiva) ao Estado (intrinsecamente mau), pois “a sociedade civil nunca é homogênea, mas se apresenta como uma das principais arenas de luta de classes e, portanto como palco de intensas contradições” (COUTINHO, 2006, p. 41). Além disso, a sociedade civil é um momento da superestrutura político-ideológica, condicionada em última instância pela base natural da sociedade, portanto não é de modo algum como muitos teóricos gostam de dizer um terceiro setor, situado para além do Estado e do mercado.

Como visto a sociedade política e a sociedade civil em conjunto formam o Estado ampliado e diferenciam-se pelo desempenho que exercem na organização da vida social e na articulação e reprodução das relações de poder. Servem, assim, para conservar ou transformar uma determinada formação econômico-social, de acordo com os interesses de uma classe social. Além disso, a maneira de encaminhar essa conservação ou transformação varia nos dois casos. No âmbito da sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para os seus projetos através da direção e consenso.

O conceito de hegemonia numa concepção gramsciana é entendido, enquanto direção e domínio, como conquista, através da persuasão, do consenso. Gramsci constrói esse conceito a partir de uma perspectiva dialética, pois, a hegemonia pode ser tanto um meio através do qual as classes dominantes impõem sua concepção de mundo, atendendo aos seus interesses, quanto uma forma de oposição e luta contra os interesses oponentes.

Na sociedade civil acontece a luta pela hegemonia e contra-hegemonia. Duriguetto (2003) esclarece que ao reconhecer a sociedade civil como um espaço imperativo de luta política, pela formação de uma contra-hegemonia, não significa o acordo da existência de dois pólos que se contrapõem. Mais precisamente, revela que a construção da nova hegemonia implica a sua construção tanto na sociedade civil quanto no Estado. Além disso, definir a sociedade civil como arena e alvo de

luta política pela hegemonia significa reconhecer sua natureza classista e contraditória.

É partindo de todos esses pressupostos que o próximo item deste trabalho vai tratar das diversas concepções, presentes em disputas na sociedade civil, sobre a crise ambiental.

2. O pensamento hegemônico sobre as determinações da crise ambiental contemporânea

Pode-se dizer que, desde a década de 70 do século XX, a situação de precariedade encontrada nos sistemas naturais que sustentam a vida no planeta passa a ser reconhecida por diversos setores da sociedade global. E, a partir desse reconhecimento, surge no seio da sociedade civil uma disputa sobre as determinações da crise ambiental, assim como a busca de alternativas para tal crise. À luz da teoria ampliada de Estado de Gramsci, esse item irá discutir as diferentes interpretações sobre a crise ambiental em disputa na sociedade civil, procurando demonstrar que as divergências entre as concepções representam, de um lado, o compromisso com a transformação e, de outro, no campo oposto, o compromisso com a conservação da ordem econômico-social vigente.

O pensamento hegemônico presente na sociedade civil sobre as determinações da crise ambiental vem sendo defendido por representantes ligados aos órgãos oficiais, às instituições financeiras multilaterais, às grandes corporações e ONGs ambientalistas internacionais. Apesar de apresentar diferenças teóricas, de um modo geral, esse campo defende que o cerne dos problemas ambientais está ligado às seguintes causas: ao desperdício de matéria e energia, aos limites físicos e naturais dos recursos naturais e aos altos padrões de produção e consumo.

Um importante marco para a organização das propostas ligadas a esse pensamento foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, ocorrida em Estocolmo, em 1972. Nessa conferência as discussões localizaram-se

em torno dos aspectos técnicos da contaminação provocada pela industrialização, pelo crescimento populacional e pela urbanização. A conferência pautou-se nas conclusões do Clube de Roma, presentes na obra “Limites do crescimento”. Esse estudo, iniciado em 1968 e apresentado em 1972, afirma que qualquer que seja a associação feita entre os cinco fatores básicos determinantes do crescimento (população, produção agrícola, recursos naturais, produção industrial e poluição), os resultados seriam sempre assustadores, com uma profunda desestabilização da humanidade até o ano de 2100. O documento final, assinado por todos os países membros da ONU, presentes na Conferência de Estocolmo, apresentou como solução um modelo de desenvolvimento que busca minimizar os efeitos de alguns processos degenerativos do ambiente. Pode-se dizer que as alternativas apontadas tratam de minimizar os problemas ambientais pautadas em uma pretensa neutralidade ideológica e em alternativas tecnológicas limpas.

Essa mesma opção ideológica está presente no Relatório Brundtland, formulado pela Comissão sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, publicado em 1987. Tal relatório institucionaliza o conceito de desenvolvimento sustentável – que tem como meta “atender às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de gerações futuras atenderem às próprias necessidades”. O conceito passa então ser referência para se pensar o desenvolvimento no contexto do domínio do capital. É importante ressaltar que apesar de a proposta de desenvolvimento sustentável representar, aparentemente, avanços no pensamento mundial a respeito da crise, sua implementação, no entanto, não busca soluções definitivas – como a transformação das instituições econômicas, sociais e políticas que dão sustento ao modo de produção capitalista.

Para Guimarães (1995) isso acontece porque os atores oficiais do desenvolvimento sustentável são aqueles que constituem a base social do estilo dominante, os quais têm muito a perder e pouco a ganhar com sua transformação. Leroy (1997) corrobora com essa idéia dizendo que os objetivos do desenvolvimento sustentável têm sua lógica assentada no mercado, garantindo, assim, que o ciclo de produção/consumo, base do mundo mercantil, possa se reproduzir indefinidamente.

Por tudo isso se pode dizer que o “Relatório Brundtland” tem um conteúdo conservador das práticas econômicas, integrando o desenvolvimento ao crescimento e à expansão do mercado. Outro ponto, destacado por Loureiro (2003, p. 37), é a ênfase na compatibilização pautada no plano moral e não no estrutural, como se “o problema ambiental determinante dependesse unicamente, para ser resolvido, da superação individual de uma abstrata falta de ética e de consciência ambiental”.

Vinte anos após a conferência de Estocolmo é realizada a Conferência Rio-92. O documento principal desta conferência, a Agenda 21, constitui-se em uma metodologia de implementação do desenvolvimento sustentável, nas seguintes bases: manejo dos recursos naturais, justiça econômica e social e participação dos diferentes segmentos sociais cabendo a cada país instituir uma agenda nacional e agendas locais em estados e municípios.

Apesar de a Agenda 21 ter o mérito de reconhecer a responsabilidade das nações industrializadas na crise ambiental, mais uma vez a opção por uma ética planetária de salvação da espécie e a busca de soluções via gestão tecnológica são a tônica do documento. Se na Conferência de Estocolmo, em 1972, buscava-se encontrar soluções técnicas para os problemas de poluição e contaminação, a Rio-92 teve como objetivo examinar estratégias de desenvolvimento através de acordos específicos e compromissos dos governos e das organizações intergovernamentais, com identificação de prazos e recursos financeiros para implementar as estratégias sustentáveis.

Uma segunda determinação muito freqüente, apontada principalmente por ONGs como a *World Wide Fund for Nature* – WWF, para explicar as causas da crise ambiental contemporânea, está relacionada aos altos padrões de produção e consumo. O relatório “Planeta Vivo”, edição 2008, realizado pela WWF sobre os impactos ambientais dos atuais padrões de produção e consumo, aponta que a pressão *per capita* das nações industrializadas é quatro vezes maior em relação a dos países de menor renda. Acima da média global estão os EUA e nações da Europa Ocidental e da Ásia Centro-Oriental. Os dados revelam que os países ricos (menos de 20% da população planetária) são responsáveis por cerca de 80% do consumo privado mundial, enquanto os pobres (cerca de 35% da população da

terra) representa apenas 20% do total do consumo privado. O estudo indica ainda que o consumo está restrito ao universo minoritário dos países capitalistas avançados e das elites sociais de outros países. Demonstra que apenas uma parcela minoritária da humanidade (cerca 1,2 bilhões de pessoas) participa do mercado de massas do capitalismo afluente. Isso significa que 20% da humanidade é responsável por cerca de 80% do consumo anual de energia e recursos do planeta, sendo também responsável pela produção de cerca de 80% da poluição, inclusive daqueles processos que geram riscos globais.

Entre as conclusões presentes no relatório “Planeta Vivo” têm-se: “a grande maioria dos seres humanos está vivendo acima e além dos meios disponíveis no planeta”, segundo, uma segunda conclusão diz: “caso o modelo atual de consumo e degradação não seja superado, é possível que os recursos naturais entrem em colapso a partir de 2030, quando a demanda pelos recursos ecológicos será o dobro do que a terra pode oferecer”. A partir dessas conclusões parece que a WWF entende que os problemas ambientais estão relacionados ao limite dos recursos naturais.

Numa análise superficial pode-se compreender que os problemas ambientais e, particularmente, a crise ambiental, relacionam-se apenas aos atuais padrões de produção e consumo. Além disso, pode parecer que existe uma contradição insuperável entre um mundo com recursos finitos e um crescimento infinito da produção. No entanto, quando se passa por uma análise mais profunda, emergem ainda várias dificuldades teóricas. Para Foladori (2001) a primeira dificuldade está relacionada à defesa da finitude dos recursos naturais. De acordo com o autor, o planeta Terra, como tal, é finito como lugar de vida, haja vista que qualquer espécie tem seu ciclo de vida determinado. Isso significa que o problema não está na finitude dos recursos naturais ou das espécies – já que o limite ou a finitude é uma característica da própria vida na Terra –, mas sim, da velocidade de sua utilização. Portanto, nessa perspectiva, o problema dos limites deve ser considerado um problema de velocidade de utilização.

A segunda dificuldade está ligada à utilidade de um determinado recurso. Um recurso pode ser ou não utilizado, estando seu caráter de utilidade ligado à

evolução através do tempo. Um dos exemplos é o petróleo: esse recurso passa a ser utilizado sistematicamente em meados do século XIX, antes disso, apesar de existir, não era considerado útil. Nesse sentido, o que conta é o ritmo da sua utilização, de seu emprego pela sociedade humana. Para Foladori (2001, p. 120) “ritmo e utilidade, mostram que os limites físicos ao desenvolvimento humano dizem respeito primeiro a como se produzem e se consomem os recursos, isto é aos ‘limites’ humanos, acima dos físicos”.

Nesse contexto, a contradição delineada pela WWF entre os limites físicos e o desenvolvimento social é equivocada, uma vez que a sociedade nunca se defronta em seu conjunto com limites físicos, pois como muito bem esclarece Foladori (2001, p. 18) “a sociedade humana antes de deparar com limites naturais ou físicos está frente a frente com as contradições sociais”.

A partir dessas reflexões pode-se dizer que as determinações da crise ambiental apresentadas pela corrente conservadora estão comprometidas menos com a transformação da ordem vigente e mais com sua continuidade. Essa corrente consagra o mercado, o progresso técnico e preconiza a capacidade de superar a crise ambiental sem abandonar o padrão de modernização e sem alterar o modo de produção capitalista.

3 A crise ambiental e a dupla exploração: da força de trabalho e da natureza

Outro pensamento que se opõe à ideologia do capital, formado por pensadores que criticam o modelo de produção capitalista, atores vinculados aos movimentos sociais, fora da lógica do mercado, defende que as condições que levam à degradação ambiental têm causas econômicas e políticas ligadas ao modo de produção capitalista. Particularmente, este artigo defende que as determinações da crise ambiental estão relacionadas ao processo de acumulação do capital e à dupla exploração da força de trabalho e da natureza.

Um dos processos que dá sustentação à produção e reprodução do capital, contribuindo assim para o processo de acumulação, é a extração da mais-valia do trabalhador. Para Marx (1988), a produção da mais-valia implica um modo de

produção especificamente capitalista, que se desenvolve inicialmente a partir da subordinação formal do trabalho ao capital e, no curso de seu desenvolvimento a partir de seus métodos, meios e condições, substitui essa subordinação formal pela sujeição real do trabalho ao capital.

Além de a acumulação do capital ter como base a exploração do trabalho se materializando na extração da mais-valia, Marx (1988) aponta outras circunstâncias que contribuem para a ampliação do capital, entre elas a exploração incrementada das riquezas naturais. Para ele, a força de trabalho, assim como a natureza, são fontes de riqueza para o capital, à medida que capital se possa usufruir sem pagar por isso.

Para Foster (2005) a exploração da natureza no processo de acumulação do capital foi fundamental. O desenvolvimento da história do capital mostra que, desde o seu começo, o processo de acumulação impôs a necessidade de expandir fronteiras a todas as regiões do mundo para a exploração de seus recursos, assim como da força de trabalho. Esse processo começa a configurar-se na fase de desenvolvimento mercantil. Nesse período, o capital conseguiu transformar em mercadorias os minerais, os vegetais, os animais e o espaço do mundo que havia permanecido, até então, usufruto das sociedades pré-capitalistas. Esse processo de saqueamento dos recursos naturais tornou-se uma guerra de extermínios: animais mortos em numerosas zonas do planeta; ouro e prata pilhados da América, convertidos em moeda; destruição das florestas com a introdução da agricultura; e retirada de madeiras para a transformação em carvão.

O capitalismo contemporâneo, a partir da lógica da expansão do capital, continua a utilizar a exploração da natureza como fonte de riqueza e acúmulo do capital. No entanto, Marx (1998, p. 590) alerta: “as condições naturais não tem outro efeito sobre o trabalho excedente que o de estabelecer um limite”. Isso significa que as condições naturais tanto podem contribuir no processo de acumulação quanto estabelecer um limite, ou seja, podem tornar-se obstáculos ao capital.

Para Mészáros (2007, p. 86), a lógica da expansão do capital vem induzindo a uma série de contradições, uma delas é o “crescimento da produção a todo custo e a concomitante destruição ambiental”. Essas contradições vêm levando a destruição

dos recursos naturais, solapando uma importante fonte de acumulação do capital. O autor ressalta que a busca pelo crescimento, em última instância incontrolável, sempre foi uma característica fundamental do capital, como uma determinação sistêmica intrínseca. Sem isso o capital não teria conquistado o palco histórico como de fato conquistou. Esse crescimento está fundamentado na taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias.

A tendência em reduzir a taxa de utilização real das mercadorias “tem sido um dos meios pelo qual o capital conseguiu atingir o seu crescimento verdadeiramente incomensurável no curso do desenvolvimento histórico”. (MÉSZÁROS, 2006, p. 671). Além disso, ela tem levado ao uso intensivo dos recursos naturais e, conseqüentemente, à deterioração ambiental e à precariedade dos sistemas naturais que sustentam a vida no planeta.

A partir desse raciocínio, o pensamento crítico contra-hegemônico argumenta que as causas da crise ambiental contemporânea não estão relacionadas à indústria, ao desenvolvimento tecnológico, mas são de responsabilidade das relações sociais capitalistas, fundadas na exploração do trabalho pelo capital, na mais-valia, no lucro, na propriedade privada e na acumulação do capital.

É importante ressaltar que tal processo de acumulação tem duas fontes privilegiadas de riqueza: a exploração da força de trabalho, através retirada da mais-valia e a exploração dos recursos naturais. Essas duas fontes contribuem fundamentalmente para o acúmulo do capital, a primeira gerando valor, pois só o trabalho tem essa capacidade; a segunda, incorporada como agente no processo de produção pelo capital, através da apropriação dos recursos naturais coletivos que não são propriedades privadas, possibilita a redução dos custos da produção, cumprindo o desígnio da obtenção do lucro fácil e imediato do regime de produção capitalista.

Além disso, para essa perspectiva, é inconcebível superar a crise ambiental e todas as contradições do capital sem instituir uma radical alternativa ao sistema atual. De acordo com essa corrente, a construção de uma ordem de reprodução economicamente viável e historicamente sustentável requer uma modificação nas determinações internas, em si mesmas contraditórias em relação à ordem

estabelecida, que impõem a submissão da necessidade e do uso humano à necessidade alienante da expansão do capital. Isso significa que o tipo de crescimento necessário e plausível na ordem sociometabólica alternativa só pode basear-se na qualidade diretamente correspondente às necessidades humanas: “as necessidades reais e historicamente desenvolvidas desde a sociedade como um todo quanto de seus indivíduos particulares” (MÉSZÁROS, 2007, p. 251-2).

Ainda para o referido autor a construção de uma nova ordem societal exige rejeitar a falsa alternativa do não-crescimento, pois a sua adoção eternizaria a miséria e a desigualdade que atualmente debelam o mundo, assim como a luta e a destrutividade que lhe são inseparáveis. Ele finaliza lembrando que é inconcebível eliminar as determinações internas conflituais/adversas do sistema do capital sem confrontar de forma consciente o antiqüíssimo problema da desigualdade substantiva. Essa conquista é um desafio, pois a ordem social é inseparável de uma cultura da desigualdade substantiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final dessas reflexões pode-se reafirmar que as diferentes concepções sobre as determinações da crise ambiental, presentes na sociedade civil, não são divergências superficiais, mas representam a conservação ou transformação da ordem vigente.

Como se depreende, a visão hegemônica argumenta que as determinações da crise ambiental estão relacionadas às dificuldades técnicas, que se originam da contradição entre os limites físicos e sociais, ou aos altos padrões de produção e consumo, principalmente dos países ricos.

Numa análise superficial, parece existir uma contradição insuperável entre o mundo com recursos finitos e o crescimento infinito da produção. Um olhar mais atento demonstra que, na verdade, o problema não está na finitude, uma vez que

esta é uma característica dos recursos naturais e de todas as espécies na Terra, mas está relacionado à velocidade da utilização desses recursos. Portanto, a contradição entre limites físicos e sociais não procede, já que a sociedade humana, antes de se deparar com os limites naturais, depara-se com as contradições sociais.

Outra questão que evidencia o compromisso da corrente hegemônica com a conservação da ordem política, social e econômica vigente está nas alternativas defendidas por esse campo para o enfrentamento da crise ambiental, sendo uma das principais o desenvolvimento sustentável, que tem como instrumento de implementação a “Agenda 21”. Como foi visto as alternativas são pensadas dentro da lógica do mercado, portanto se conectam perfeitamente ao fluxo da história das classes dominantes. Um exemplo que confirma esse compromisso é o Protocolo de Quioto. Ele prevê, dentro dos marcos atuais, que a redução das emissões de carbono na atmosfera seja estabelecida dentro de um “limite médio” imposto globalmente. As nações ricas ganham o direito de poluir, aumentando a produção industrial e compensando suas emissões de carbono através de um mecanismo de mercado, ou seja, compram as cotas dos países pobres possuidores de baixa atividade industrial para manterem o crescimento econômico. É o velho princípio: “eu pago, eu poluo”.

Ao contrário do pensamento conservador, a visão crítica entende que, apesar de os problemas ambientais atingirem diversas nações e grupos sociais independente de sua especificidade histórica e existir uma diferenciação quanto à forma, amplitude e ritmo, a sua gênese é única, ou seja, está ligada às relações sociais que se firmam entre os seres humanos a partir da maneira como se distribuem os meios de produção. A distribuição dos meios de produção determina um ingresso diferente ao meio ambiente, bem como graus de interferências e de decisão diferentes sobre o seu uso e leis que governam o ritmo, a forma e o tipo de recursos.

Por tudo isso, o pensamento contra-hegemônico compreende que as causas da crise ambiental não são apenas determinadas por fatores conjunturais ou pela ignorância tecnológica. As causas da degradação socioambiental devem-se a um conjunto de variáveis interconexas que se dão em bases sociais, econômicas,

culturais e políticas, estruturalmente desiguais, que conformam o modo de produção capitalista. Além disso, a corrente crítica defende que não é possível superar a crise ambiental sem construir uma radical alternativa ao sistema atual.

A MATCH IN SOCIETY ON THE DETERMINATION OF THE ENVIRONMENTAL CRISIS

ABSTRACT

This article proposes to discuss the different conception of the environmental crisis que esto in dispute in civil society, seeking to demonstrate that the various interpretação about this crisis noso divergncias only superficial, but represent a commitment to hold fast transforms it or order Economic and social force. The study was conducted from a research bibliográfica and its references Terico-method applied the central assumptions of the method of investigation will Marxian social theory.

KEYWORDS: SOCIETY. ENVIRONMENTAL CRISIS. CAPITALISM.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, C. N. **Marxismo e política:** a dualidade de poderes e outros ensaios. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

COUTINHO, C. N. **Gramsci:** um estudo sobre o pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável.** Campinas: Unicamp, 2001.

Volume 1 - Número 1

GUIMARÃES, R. Desenvolvimento sustentável: proposta alternativa ou retórica neoliberal. Simpósio Internacional: O desafio do desenvolvimento sustentável e a geografia política, 1995. (mimeo)

LEROY, J. P. Ecologia, economia, política e ética: pressupostos do desenvolvimento sustentável. In: Educação ambiental em debate – 20 anos de Educação Ambiental Pós-Tibilisi. Rio de Janeiro: PUC-Rio/UFRJ, 1997.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro Primeiro, o processo de produção do capital v.II., 12.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

MÉSZAROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

WWF. Relatório planeta vivo 2008. Disponível em:<www.wwf.org.br>. Acesso 03 nov. 2008.